

## RESOLUÇÃO Nº 32/2012

CERTIFICO que a Seção Especializada em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em sessão extraordinária realizada nesta data, resolveu, por unanimidade de votos, **dar nova redação à Orientação Jurisprudencial Nº 14 (“IMPOSTO DE RENDA.** A apuração do imposto de renda, a ser retido pela fonte pagadora, deve observar a legislação vigente na data do pagamento.”), que passa a ter a seguinte redação: **IMPOSTO DE RENDA. RETENÇÃO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.** A apuração do imposto de renda, a ser retido pela fonte pagadora, deve observar a legislação vigente na data do pagamento, ainda que critério distinto tenha sido fixado no título executivo.

Tomaram parte na sessão os Exmos. Desembargadores João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Luiz Alberto de Vargas, Beatriz Renck, Vania Mattos, Maria da Graça Ribeiro Centeno, Rejane Souza Pedra, Wilson Carvalho Dias, Lucia Ehrenbrink, George Achutti e o Juiz Convocado José Cesário Figueiredo Teixeira, sob a presidência do Exmo. Desembargador João Ghisleni Filho. Presente pelo Ministério Público do Trabalho o Dr. Paulo Borges da Fonseca Seger. Dou fé. Porto Alegre, 18 de dezembro de 2012. Ivone Costa Weege, Secretária da Seção Especializada em Execução.